

ATA - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO - 11/05/2021

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um realizou-se reunião ordinária do Conselho Pleno, através da plataforma virtual Google Meet, com a presença dos (as) conselheiros (as) Sandra Regina Cardoso de Brito, Luís Claudio da Silva, Felipe de Oliveira Melo, Eliana de Oliveira Teixeira, Sílvia Almeida Lira, Luciana de Oliveira Cordoeira, SILVIA BITENCOURT DA SILVA, Norielem Martins, Déborah Lopes Fraga Rocha, Gizelly da Silva Lisbôa, Mariana Máximo, Ana Rosa Vieira dos Santos Aguiar, Alcir Campos e Renato Soares. A reunião teve início em segunda chamada às nove horas e quinze minutos tendo a seguinte pauta: 1) leitura das atas das reuniões anteriores; 2) ofício nº 204/2021/SEC em resposta ao ofício nº 039/CME/2021; 3) encaminhamentos para a não-resposta da SEC e Secretaria de Governo sobre: a. apresentação do Projeto da Secretaria de Educação b. Decreto nº 11.923/21; 4) chamamento público nº 001/2021: a. repasse da reunião com as operadoras de telefonia, Secretaria de Educação, Procuradoria, tendo o CME como convidado; b. próximos encaminhamentos; 5) audiência pública - Reunião Comissão de Educação da Câmara; 6) Plano de Ações Articuladas – PAR; 7) Informes. A reunião iniciou-se pela leitura das atas da reunião ordinária ocorrida no dia 13/04/21 e da reunião extraordinária ocorrida em 16/04/21. Após acréscimo e correções de alguns itens, ambas foram aprovadas pelo Pleno. Na sequência discute-se a realização de Audiência Pública no dia 26 de maio, às 9h, em meio período. Luís sugere priorizar o espaço de debate e abrir para que a secretaria apresente as respostas dadas ao ofício 294 para, na sequência, abrir espaço para outros questionamentos. Sugere que sejam feitos blocos de perguntas e as pessoas se inscrevam. Mariana sugere abrir também espaço para que as pessoas se inscrevam no modo online. Luís falou do encontro de presidentes da UNCME e que se incomodou porque filtravam as perguntas, ressaltando que isso não pode ocorrer em nossa audiência. Felipe se candidata a participar da Comissão Organizadora para elaboração da audiência pública. Luís destacou que é importante colocar a proposta da Comissão no grupo. Sílvia Bitencourt destaca a importância de mobilizar representantes de conselhos de escola, de pais e outros sujeitos que são usuários. Ressalta que a Secretaria de Saúde também precisa participar e que é preciso defendermos a posição do Conselho Municipal de que estamos no ensino remoto e nele precisamos permanecer até que seja seguro o retorno presencial, inclusive abordando a questão das mutações do coronavírus. É preciso retornar de modo irresponsável e o ensino remoto é o viável neste momento, por isso precisamos discutir como garantir a sua qualidade. O poder público deve estar presente, a Câmara Municipal também. Sr. Alcir também se apresentou para compor a Comissão. Sílvia sugeriu incluir aluno da EJA também e que as pessoas que estão na escola podem sugerir participantes. Luís relembra que

originalmente a audiência era para discutir o ensino remoto, mas a fala da Sílvia é bastante pertinente, portanto podemos levar a audiência para apontar o ensino remoto como a alternativa neste momento, uma vez que sabemos que há pessoas do Executivo e do Legislativo fazendo pressão pelo retorno imediato. Rodrigo disse que o Ministério Público vem oficiando a Secretaria e cobrando o retorno. Essa pressão tem vindo inclusive de professores. Mariana então aponta que poderia sim ser o dia todo. Sílvia sugere que tenha a fala de alguém sobre a importância do ensino remoto e Sandra sugere que haja também fala de um especialista que aborde a necessidade de não retornarmos presencialmente agora. Luís sugere que além do Sr. Alcir haja representante de pai de território diferente e professores também. Sílvia sugere que o sindicato e as comunidades tradicionais também estejam representadas. Débora sugere o horário de 14 às 18h. Felipe sugere que sejam utilizadas, como ponto de partida, as referências de representações que já compõem o Conselho, acrescentando outras categorias. Eliana sugere que para facilitar, se pense em pessoas que representem várias categorias, para se garantir tempo suficiente para as falas. Confirma-se então os nomes dos interessados em compor a Comissão: Sandra Cardoso, Felipe, Luís Cláudio, Alcir, Ana Rosa, Eliana, Sílvia Bitencourt, Débora Fraga. Sobre a dinâmica da audiência, confirmando-se o plenário da Câmara, seu acesso ficará restrito aos membros do Conselho Municipal e da Comissão de Educação. Débora informa que pode operar o painel e o cronômetro. Sugere que seja feito um roteiro a ser seguido “à risca” e que desta forma 3h de audiência são suficientes. Afirma que o cerimonial da Câmara pode fazer as inscrições de falas. Discute-se a importância do convite de algumas autoridades, como o Secretário de Educação e de Saúde. Discute-se a possibilidade de realização da audiência durante um dia inteiro e a preocupação com a possível evasão de participantes no turno da tarde, uma vez que começa a ficar cansativo e começam a aparecer compromissos. Após a discussão confirma-se a realização em apenas um turno: das 14 às 18h, no dia 26 de maio. Seguindo a pauta, Eliana fez uma breve apresentação do Plano de Ações Articuladas (PAR). Luís ressalta que no Encontro Nacional dos Presidentes de Conselhos Municipais, realizado pela UNCME, houve um momento específico para o PAR. Eliana explica que o PAR foi criado para ser ferramenta dos municípios para realização do seu plano de ação e não apenas para receber verbas do Governo Federal, que o PAR auxilia na realização de seus Projetos. Destacou que o que mais chama atenção neste ano é que o PAR está articulado a uma nova ferramenta, a plataforma “Mais PNE”. Explicou que no momento estamos na fase chamada Preparatória, de diagnóstico e que ainda não entramos efetivamente na elaboração do plano de ações. Nesta fase todos os municípios estão incluindo as metas e estratégias do seu Plano Municipal de Educação. Eliana explicou que entrou nesse processo como articuladora do Plano, a convite da Secretaria de Educação, junto com Paula, da própria Secretaria. Ressaltou que esta ferramenta

parece possibilitar um real acompanhamento do alcance das metas do Plano. Eliana destacou que a construção do relatório feito pelo Fórum Municipal de Educação tem sido muito importante para que se dê conta de dialogar e preencher a plataforma “Mais PNE”. Explicou que os dados que vem sendo incluídos referem-se aos indicadores do Plano Municipal. Explicou que no dia 29 de abril houve uma reunião da qual participaram o Secretário, a Superintendente, Eliana, Paula e Camila, que agora também compõe a Comissão Coordenadora. Explicou que temos indicadores oficiais do PME mas não conseguimos construir dados oficiais por conta do Censo do IBGE cujos dados estão muito defasados (são de 2010). Um exemplo é o indicador que trata da universalização do ensino: como saber o percentual alcançado de crianças de 6 a 14 anos na escola se não temos o dado de população de crianças de 6 a 14 anos? Esclareceu que no ano passado foi construído, pelo Fórum Municipal, indicador para dar noção de como está esta meta assim como as demais. O grande dilema é que a plataforma ainda não possibilita que sejam incluídos os indicadores criados pelos municípios. Eliana e Paula assistiram a formações relacionadas ao “Mais PNE” onde foi explicado que haverá uma fase na qual os municípios receberão seus respectivos dados aproximados. Disse que não tem ideia das questões que ainda aparecerão pois só abre a tela seguinte depois de concluir a atual. Sobre o prazo para alcance das metas, o Secretário sugeriu incluir o final da gestão. Eliana enfatizou que em relação à meta 6, Angra teve um avanço “gigante” em educação integral, porém um dos indicadores (o indicador 6A - ampliação do número de alunos em tempo integral) a gente não cumpre. Eliana informou que ao ser convidada para este trabalho, ressaltou, inclusive para o Secretário, que sua participação seria do ponto de vista de alguém que participou de todo o movimento, desde a elaboração do Plano Municipal, até as discussões nos encontros do Fórum Municipal de Educação. Felipe perguntou se o FME tem cadeira garantida e Eliana esclareceu que apenas o CACs/FUNDEB tem direito à senha para acompanhamento do que vem sendo lançado no Plano e ressaltou que representa o CME também e está realizando este trabalho como membro do FME. Norielem lembra que vários membros do Conselho também são membros do FME e ele acaba sendo complementar. Felipe resalta que considera importante o Conselho definir como deve se dar a atuação de representante na elaboração do PAR, lembrando que ali há diversos interesses em jogo, por isso propôs a definição de protocolo desse representante. Eliana esclarece que sua participação na construção do relatório do PAR se deu a convite da Secretaria, enquanto servidora pública que teve participação em diferentes movimentos da rede, e que ao ser convidada para ser articuladora, ela aceitou afirmando que o faria como representante do CME e do FME. Neste momento ainda não há espaço para definição de política, do plano de ação, mas que talvez isso se efetive quando abrir a plataforma específica. Acredita que o momento do debate público ainda ocorrerá. Não sabe se quando abrir o PAR ela será mantida pela

Secretaria de Educação e que a solicitação feita a ela neste momento foi de articulação no “Mais PNE”, que está associado ao PAR. Diante dos esclarecimentos, Felipe argumentou que essa discussão sobre protocolos pode ser feita futuramente, quando viermos a definir a representação específica do CME no PAR. Deixa claro que naquele momento compreendeu que estávamos definindo o representante do CME para atuar no PAR, ao compreender agora que não foi esse o encaminhamento, mantém a proposta de discussão de protocolo para momento futuro, quando houver a escolha desse representante. Dando sequência à pauta, Luís apresentou o Boletim Informativo e fez uma breve explanação sobre os tópicos. Em relação à CONAPE, Sandra destacou que é importante organizar uma comissão local para que possamos discutir como faremos a etapa municipal, inclusive porque precisamos realizar a conferência municipal de avaliação do PME, que deveria ter ocorrido no ano passado. Luis ressaltou que no encontro da Uncme foi apresentada a questão da Conae, que deve discutir o monitoramento do plano municipal. Sobre GAFCE, o Luís disse que ainda não temos representante na região. Felipe ressaltou que Alba Valéria deu resposta positiva de que pode participar da formação a ser realizada pelo CME. Finalizando a reunião, Felipe apresentou questionamento a respeito do retorno presencial: que órgão público estaria monitorando o contágio entre alunos, professores e familiares das escolas particulares em funcionamento presencial? Ressaltou que esses dados são muito importantes e perguntou se algum membro do Conselho saberia dizer quem está fazendo esse monitoramento. Sobre o cumprimento dos protocolos, Luis esclareceu que além da vigilância sanitária, o CME tem feito esse acompanhamento, inclusive com um formulário próprio. Ana Rosa esclareceu que esse monitoramento cabe à vigilância sanitária e eticamente a escola deve comunicar imediatamente os casos identificados e afastar as pessoas contaminadas. Explicou que se algum familiar for identificado, é afastado o aluno e toda sua turma. As escolas têm funcionado assim: para e retorna, de acordo com o decreto municipal de restrições e orientações fornecidas pela Vigilância. Há escolas que já fecharam para fazer nova sanitização. Enfatizou que neste momento é necessário o contato permanente entre as escolas e a vigilância. Ana explicou que as escolas particulares têm dividido, no grupo de sua associação, as dificuldades que vêm encontrando, destacando que tem escola trabalhando com quantitativo abaixo do permitido pelo Decreto. Informou que a Vigilância Sanitária ficou de visitar todas as escolas e não só as que são alvo de denúncia. Felipe perguntou se hoje precisaríamos saber quantos professores adoeceram e quantos alunos adoeceram, se a vigilância teria esse dado para fornecer. Ana Rosa disse que acredita que sim, pois todas as escolas têm feito a comunicação ao órgão. Felipe disse que ia propor a realização de pesquisa, mas como Ana disse que a Vigilância Sanitária tem essa informação, solicitou ao Conselho que envie ofício solicitando essas informações, que inclusive serviriam para embasar a discussão sobre o possível retorno das



PREFEITURA DE ANGRA DOS REIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS

escolas públicas. Disse que a câmara de legislação e normas já vem estudando a respeito e esses dados seriam importantes para podermos ponderar sobre como isso vem acontecendo no município, além das consequências que já vem trazendo para a comunidade educacional. Ana destacou que as escolas estão muito preocupadas com o cumprimento dos protocolos pois há sempre o risco de fechar, até mesmo com o cumprimento adequado dos protocolos, por isso tem seguido à risca, uma vez que a própria vigilância sanitária pode solicitar a revogação da autorização. Rodrigo destaca que são realidades bem distintas e que não sabe se realmente dará contribuição. Silvia Lira propõe que esses encaminhamentos sejam feitos antes, pois ao final da reunião o número de conselheiros é reduzido. Tem sido recorrente decisões no final. Eliana lembrou que a próxima reunião ordinária é na primeira terça-feira de junho, data já estabelecida pelo pleno. Finalizando os trabalhos, a presidência lembrou aos presentes que a próxima reunião do Conselho Pleno está pré-agendada para o dia 1º de junho, uma vez que este coletivo definiu que as reuniões ordinárias ocorrerão sempre nas primeiras terças-feiras de cada mês, e pediu que a data seja reservada pelos membros, de modo que não tenhamos ausências que inviabilizem sua realização. Sem mais a tratar, a presente reunião foi encerrada.